

## A agenda retomada

A democracia estabelecida em 1985 herdou da ditadura a economia estatizada e autárquica, traços anticompetitivos logo reforçados com doses de populismo monetário e fiscal, nos primeiros anos do governo civil, e de protecionismo e corporativismo, na Carta de 1988.

Desde então, sucessivas administrações federais puseram em marcha um lento processo de abertura e modernização. A trajetória, interrompida pela euforia irresponsável a partir da segunda metade da década passada, foi retomada com o presidente Michel Temer (MDB).

Espera-se que seu sucessor, Jair Bolsonaro (PSL), tenha a sabedoria de reconhecer essa agenda e, sem patrocinar rupturas que apenas dissipam energia, aprofundá-la.

Se o mal crônico que enrijece as engrenagens da atividade econômica no Brasil tivesse de ser atribuído a uma só causa, a candidata seria a multiplicação de salvaguardas financeiras, burocráticas e normativas que, ao beneficiarem categorias diversas, inibem a concorrência e transferem custos para a porção mais pobre da população.

Entre as terapias para essa moléstia está a reforma das leis trabalhistas, fruto de uma convergência de iniciativas do Planalto e do Congresso. Sindicatos que viviam do dinheiro assegurado pelo imposto extinto terão

agora de mostrar eficiência para sobreviver.

A litigância abusiva na Justiça passou a ter um custo inibidor. Contratos mais flexíveis podem abrigar na formalidade quem antes contava com a própria sorte. O princípio da negociação entre empregados e patrões ganhou relevo sobre a tutela estatal.

Também os vastos subsídios concedidos por meio do BNDES, pelo qual empresas eram beneficiadas contornando a dieta rígida e solar do Orçamento, tendem a desaparecer com a lei que igualou o custo do empréstimo do banco às taxas praticadas pelo mercado na relação com o Tesouro.

Nas estatais, a farra das nomeações políticas e da gestão perdulária dos negócios foi inibida com a fixação de requisitos legais de competência para os indicados e com alterações na governança das empresas que a aproximaram das melhores condutas do setor privado.

O realismo orçamentário, que revelou o status deplorável das contas federais, foi reinserido na rotina da comunicação do governo. Um cuidadoso trabalho de harmonização e exposição dos balanços dos estados mostrou um quadro calamitoso, que não se pode mais ignorar.

Ainda dentro das medidas aprovadas sob Temer para explicitar os graves problemas nacionais, o limite constitucional para o crescimento das despesas da União





tornou mais claro e didático o resultado das escolhas orçamentárias.

Os principais fracassos da gestão atiçaram justamente a escalada dos gastos e decorreram de sua fraqueza, ou falta de vontade, para resistir a assédios corporativistas.

O governo Temer foi inconsequente ao conceder aumentos ao funcionalismo e subsídios aos caminhoneiros amotinados. Mostrou-se incapaz, após o presidente se envolver num escândalo que lhe ameaçou o mandato, de aprovar a mudança na Previdência.

Desse fio de meada deveria principiar o esforço reformista da administração que toma posse nesta terça (1º). Desatar o nó do sistema de aposentadorias, cujos parâmetros estão em franco desacordo com o rápido envelhecimento da população, assume a condição de prioridade incontrastável num cotejo judicioso das tarefas à frente.

Não se trata apenas de equilibrar as contas, sem o que o peso do conjunto das pensões sobre as gerações trabalhadoras do futuro vai se tornar insuportável.

Cumpre, sobretudo, adotar o princípio republicano da isonomia: todos, trabalhem no setor público ou na iniciativa privada, deveriam se submeter ao mesmo regime de contribuição e benefícios.

Há dois anos retomado, o programa de abertura econômica avança devagar e está sempre sujeito a retrocessos, porque encontra opositores poderosos pelo caminho.

Não têm faltado organizações -empresariais, trabalhistas, sociais e culturais eficientes nas tarefas de arrancar e preservar suas rendas polpudas à custa do desaviso e da desproteção da maioria.

Que passem a dedicar mais energia ao

aperfeiçoamento de suas atividades próprias, num ambiente aberto a quem deseja participar, governado por regras simples, impessoais e seguras. Aí deve estar, no fim das contas, o objetivo fundamental da agenda modernizadora do Brasil.

## Fortalecimento da política econômica

### FEITO

- Teto de gastos deu horizonte para o controle da dívida pública
- Banco Central recuperou autonomia e credibilidade
- Metas de inflação assumiram trajetória declinante
- Reforma da CLT aboliu imposto sindical e privilegiou negociação
- Lei aprimorou governança das empresas estatais
- Subsídios no crédito do BNDES foram revistos

### A FAZER

- Conter, com reforma, a escalada dos gastos previdenciários
- Buscar queda do juro bancário e maior competição no setor
- Incentivar o crédito com regras para recuperação de garantias
- Tornar o sistema tributário mais simples e progressivo
- Promover revisão geral de subsídios e benefícios fiscais
- Retomar a venda de empresas e acelerar concessões
- Reduzir barreiras e ampliar acordos comerciais
- Reformar o serviço público, com revisão de privilégios
- Derrubar burocracia para abertura de empresas

# Guedes prepara pacote de medidas para melhorar ambiente de negócios

*Equipe econômica quer incentivar setor produtivo enquanto formula outra reforma da Previdência*

Talita Fernandes, Julio Wiziack e Mariana Carneiro

Brasília- Sem fechar consenso sobre a proposta de reformada Previdência, Jair Bolsonaro vai concentrar os esforços dos primeiros dias de governo em medidas para melhorar o ambiente de negócios e animar o setor produtivo.

Durante o mês de janeiro, a equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende ampliar as ações de uma lei que entrou em vigor em setembro e que retira exigências cartoriais como autenticações de documentos e reconhecimento de firmas.

A ideia é partir do princípio da boa intenção dos cidadãos para que documentos assinados tenham fé pública. Hoje, eles precisam estar registrados com firmas

reconhecidas.

Posteriormente, será encaminhado ao Congresso um projeto prevendo alterações na lei, com punições para quem for pego na mentira ou fraudar documentos.

Parte dessa revisão inclui agilizar prazos para abertura e encerramento de empresas, tudo para aliviar ao máximo a burocracia e os custos de operação para empresas.

Os sistemas de comércio exterior também devem ser revistos e aprimorados, para acelerar os processos de importação e exportação. A meta é intensificar o uso da plataforma eletrônica em que as empresas inserem os documentos para queimar etapas da fiscalização aduaneira.

Embora não tenham efeito imediato sobre a atividade econômica, as iniciativas servirão para confirmar promessas feitas na campanha eleitoral, de menor intervenção e redução do peso do

Estado.

A agenda de redução da burocracia incluirá ainda o apoio à revisão da Lei de Licitações, que já está no Congresso, mas ficou paralisada no fim do governo Michel Temer. O diagnóstico da equipe de Guedes é que a lei não funciona mais, nem mesmo para o Estado, que ganhou com a tecnologia novas formas de controle.

Casos de abuso e superfaturamento podem ser evitados com uma análise do histórico de preços e de vendas nas notas fiscais eletrônicas de empresas que competem por encomendas do setor público.

Além de reduzir o peso da burocracia, que gera custos para as empresas, a futura equipe econômica estuda cortes nas contribuições para o Sistema S. A redução deve oscilar entre 30% e 50% nas alíquotas que incidem sobre a folha de pagamentos das empresas. A verba é repassada pela Receita Federal para 11



 entidades nacionais que formam o Sistema S.

Ao reduzir as contribuições, Guedes pretende manter mais dinheiro no caixa das empresas para que possam fazer investimentos, como a modernização de parques industriais, ou ter capital de giro.

Empresários que optarem por usar os recursos para criação de novas vagas terão descontos maiores nas alíquotas, o que pode ajudar a reduzir o desemprego, um dos maiores problemas do país.

Para definir detalhes desse plano, a equipe do futuro ministro faz um pente-fino nas despesas do Sistema S, avaliando, por exemplo, a qualidade dos cursos que são pagos com o dinheiro recolhido e os pagamentos de serviços como consultorias. Para eles, é preciso saber onde há gorduras que podem ser eliminadas sem comprometer cursos de treinamento e capacitação oferecidos em mais de 4.000 endereços no país.

Uma das críticas dos integrantes do novo governo é que alguns cursos financiados com dinheiro do Sistema S, como os do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), não geraram o pretendido aumento da

produtividade.

A equipe econômica ainda definirá, em até três meses, quais programas setoriais e sôdais sofrerão cortes de subsídios ou serão extintos. A ideia inicial é cortar pelo menos R\$49 bilhões dos gastos da União.

Essa medida foi uma recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União). Os ministros disseram a Guedes que diversos alertas foram dados sobre esse tema e que o tribunal fará cobranças duras ao próximo presidente.

Assessores de Guedes já estudavam os programas de incentivo fiscal na transição, mas restringir ou acabar com eles depende de aprovação do Congresso porque foram criados por leis.

A equipe econômica de Bolsonaro tem um estudo bastante amplo da efetividade de alguns deles mostrando a relação custo-benefício. Alguns, como o Internet para Todos, podem ser mantidos. Segundo assessores, há números comprovando o aumento da renda per capita de famílias que têm conexão à internet.

Para implementar essa tarefa, será preciso, no primeiro mês, alterar a

composição de dois comitês governamentais, o Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União (Cmas) e o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Federais (Cmap).

Programas devem ser reunidos para melhor aproveitamento dos recursos. O Bolsa Família, por exemplo, deve passar a incluir desempregados e, com isso, será possível cancelar o pagamento do seguro-desemprego que, por ano, consome R\$ 19 bilhões.

Assim que assumir o cargo, Guedes deve pedir à AGU (Advocacia-Geral da União) que procure o Supremo Tribunal Federal para desarmar uma bomba prestes a explodir no gabinete do ministro Luiz Fux: o tabelamento do frete.

Demandas dos caminhoneiros para não entrarem em greve novamente no próximo ano,

o tabelamento do frete foi proibido pelo ministro por liminar. Dias depois, Fux reviu a decisão a pedido da AGU, que defendeu a manutenção do tabelamento até a chegada do novo governo. A paralisação retirou 0,2% do PIB em 2018.

Em outra frente, Guedes quer





reduzir ainda mais os tributos que incidem sobre o diesel. Para isso, fará revisão de despesas. Diferentemente do governo atual, que contou com pouca margem de manobra do Orçamento, Guedes deve propor a desvinculação total de despesas, o que deixará a execução do Orçamento bastante flexível.

Ainda há dúvida se essas medidas deveriam ser apresentadas como um pacote ou isoladamente. Segundo um importante assessor de Jair Bolsonaro, seria melhor comprar uma única briga, apresentando um plano completo.

Mas outros integrantes da equipe acreditam que isso poderia ter o efeito colateral de aumentar o desgaste de Bolsonaro na largada da gestão, algo indesejável diante da popularidade do futuro dirigente.

Apalavra final será do presidente eleito, que deverá se reunir com Onyx Lorenzoni (futuro chefe da Casa Civil) neste domingo (30) para finalizar os detalhes da carta de intenções.

As medidas serão acionadas enquanto o novo governo não fecha a proposta de reforma da Previdência. Assessores de Guedes trabalham no texto, que deverá ser apresentado quando o Congresso reabrir, em fevereiro. Até lá, as discussões ficarão no âmbito técnico para que se chegue a uma fórmula de consenso.

A ordem é mesclar propostas de Temer com as de Paulo Tafner e Arminio Fraga e também as dos irmãos Arthur e Abraham Weintraub, que colaboraram com Bolsonaro desde a pré-campanha.

## Olhando para a frente e para trás

SAMUEL PESSÔA

Em 2018, o crescimento do Brasil surpreendeu para muito pior. Meu número há um ano, na coluna homônima, era de 2,8%. O ano deve fechar com crescimento de 1,3%.

A surpresa negativa ocorreu em todas as aberturas. O destaque muito negativo de 2018 será a construção civil, que amargará o quinto ano seguido de recuo. Apesar de o investimento crescer 5%, o setor da construção civil deve recuar 1,8%.

Ainda que fraco, o crescimento de 1,3% de 2018 representa alguma aceleração com relação a 2017, quando o PIB teve alta de 1,1% (mas com 0,6 ponto percentual fruto da recuperação da agropecuária, que cresceu 12,5% no ano passado). Excluindo agropecuária, o crescimento de 2017 para 2018 acelerou-se de 0,5% para 1,3%.

A nota positiva é que a inflação deve fechar o ano em 3,8%, um pouco acima dos 3,5% que eu previra na coluna do fim do ano passado.

O baixo repasse da desvalorização cambial de 22% em 2018 —de R\$ 3,2 por dólar americano para R\$ 3,9— segurou a inflação. A alta ficou quase integralmente restrita aos preços administrados. Prevíamos elevação de 5% para os administrados, e estes vão subir 6,15%.

É fato que o elevado desemprego contribuiu para conter o repasse cambial, mas certamente a boa reputação da gestão de Ilan Goldfajn à frente do Banco Central também ajudou muito.

A desvalorização do câmbio em 2018 foi um fenômeno internacional. O dólar americano subiu diante das demais moedas, incluindo o euro, que se desvalorizou em 8%.

No entanto, é difícil descartar, apesar de difícil de documentar, que a intensidade da desvalorização por aqui não tenha em parte sido fruto também de nossos problemas domésticos. No caso, o desequilíbrio fiscal estrutural.

Para 2019, nosso cenário contempla crescimento de 2,4%, com inflação de 4% e câmbio estável. É isso que aparece na tela do computador quando apertamos os botões e rodamos os modelos.

No mercado de trabalho, deve ocorrer leve recuperação. A taxa de desemprego cairá de 12,2% em 2018 para 11,9% em 2019. A população economicamente ativa e a população ocupada deverão crescer em 2019, respectivamente, 1,2% e 1,6%.

Enquanto a economia não voltar mais forte, o desemprego não cederá.

Esse cenário foi construído pela equipe do Boletim Macroeconômico do Ibre-FGV, sob a coordenação técnica de Silvia Matos.

A grande interrogação para 2019 é se o Congresso Nacional, sob a liderança de um novo presidente, com o frescor da delegação popular, deixará de fazer greve e cumprirá sua função precípua: o Congresso é a





instituição que tem a delegação da sociedade de gerir o conflito distributivo.

Vivemos desde 2014 uma crise fiscal aguda. Há um buraco fiscal de R\$ 300 bilhões. Terá que ser tapado por meio de aumento de impostos ou redução de gastos, ou um pouco de cada um.

O Congresso Nacional terá que se debruçar sobre o Orçamento e encontrar bases tributárias novas, incluindo redução de desonerações e aumento de contribuição previdenciária, e reformas que reduzam o gasto.

A Argentina terminará o ano com inflação rodando a 45%. Nosso futuro nos pertence. Podemos tomar o rumo do Chile ou o rumo da Argentina.

Penso que o cenário internacional em 2019 será positivo. O grande ajuste no câmbio ocorreu em 2018.

Assim, se houver uma frustração da política e continuarmos caminhando em direção ao abismo inflacionário, será o crescimento de 2020 que ficará comprometido. O cenário de atividade para 2019 está essencialmente dado.